

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTADO”
SÃO PAULO
24.11.03**

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Para darmos início a esta reunião, convido o Antônio Carlos Oliveira, Secretário Geral do Fórum, para explicar a dinâmica desta reunião.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Muito bom-dia a todos.

Vou rapidamente comentar a dinâmica com que vamos trabalhar esta manhã. Teremos, inicialmente, a abertura da reunião, que será feita pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo. Em seguida, teremos uma apresentação com os professores da Unicamp, do NESUR, que farão uma exposição sobre o IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social. Vocês receberam na entrada este caderno em que constam os dados da região da Grande São Paulo. Eles também farão alguns comentários sobre o Plano Plurianual.

Na seqüência, teremos a composição da Mesa pelo nosso Cerimonial e, em seguida, vamos abrir a palavra aos Srs. deputados, prefeitos e demais autoridades aqui presentes. Depois, a palavra ficará aberta àqueles que quiserem se manifestar. Na medida do possível vamos fazer a alternância entre uma pessoa da Mesa e uma pessoa da platéia que queira se manifestar. Já tenho aqui duas inscrições. Se alguém mais quiser fazer sua manifestação, por favor, é só me dar o nome e a instituição a que pertence para que eu possa anunciar.

Na entrada, vocês receberam uma pasta que contém esta ficha vermelha. Se alguém quiser fazer uma pergunta por escrito, por favor, preencha esta ficha com todos os dados, inclusive endereço e “e-mail”, porque as respostas que não forem dadas aqui no auditório serão encaminhadas às comissões temáticas da Assembléia para que sejam posteriormente respondidas por carta ou “e-mail”, dependendo da disponibilidade de dados na ficha. Foi entregue também esta ficha com essas duas folhas. Por favor, preencham-nas, pois elas serão recolhidas no final ou poderão ser deixadas em cima da mesa ou entregues a alguém

da organização. Depois de respondidas as perguntas, faremos o encerramento, que deve ocorrer por volta do meio-dia.

Gostaria de alertar duas coisas: em primeiro, quanto ao tema desta reunião. Queria lembrar que este é o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. Portanto, o tema da nossa reunião é o Desenvolvimento. Vou pedir àqueles que fizerem intervenção que se atenham ao tema da reunião. Outra coisa é o tempo. Temos cinco minutos para cada intervenção. Pediria a gentileza para que aqueles que fizerem uso da palavra prestem atenção ao tempo, para que possamos dar oportunidade a todos os outros que queiram se manifestar.

Esta reunião é aberta. Quem quiser se manifestar por favor passe-me seu nome.

Bom-dia e bom trabalho para todos nós.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Convidamos o Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, para sua explanação.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERVALDO – PSDB – Bom-dia a todos.

Quero saudar os colegas Deputados aqui presentes: João Caraméz, Mário Reali, Simão Pedro, Vicente Cândido, Said Murad; o Sr. Ernesto Vega, que é o Secretário-Adjunto da Assistência Social, representando aqui a Secretária Maria Helena; o nosso Secretário-Geral Parlamentar, Auro Augusto Caliman; o nosso Secretário-Geral da Administração, José Antônio Parimoschi; os secretários administrativos, senhoras e senhores. Agradeço a presença de todos.

Estamos aqui dando continuidade a nossas reuniões do Fórum. Estamos realizando nossa 16ª reunião para tratarmos do assunto da Região Metropolitana de São Paulo. Dividimos esta região em três reuniões. Já fizemos uma na região de Osasco, com os municípios daquela região. Outra no ABC e agora aqui na Capital. Como a maioria dos presentes sabe, criamos este Fórum com o objetivo de trazeremos para a Assembléia Legislativa a questão da discussão do Desenvolvimento Econômico Sustentado.

Temos na Assembléia diversas comissões: 22 comissões temáticas, mas nenhuma delas específica para discutir Desenvolvimento Econômico. Vivemos um momento

importante da história brasileira em que o Desenvolvimento Econômico pode desta vez proporcionar a inclusão e a distribuição de renda. Estamos vivendo um momento de democracia e de liberdade, de organização da sociedade, de uma inflação baixa. Em outros momentos tivemos crescimento econômico mas não combinado com democracia, com liberdade e com baixa inflação. Nem sempre esse Desenvolvimento Econômico veio no sentido de beneficiar o conjunto da população, para que tivéssemos geração de emprego com distribuição de renda e inclusão.

Hoje, as discussões são mais profundas, do ponto de vista do Desenvolvimento Econômico Sustentado. Muitas vezes quando se discute o Desenvolvimento Econômico, pensamos só na questão macroeconômica, se o Brasil vai crescer ou não em função da macroeconomia, se os juros vão baixar; se vamos ter mais oferta de crédito; se a economia internacional vai melhorar. Sabemos que os gargalos não são só esses. Se tivermos, por milagre, a questão macroeconômica resolvida de uma hora para outra e o Brasil voltar a crescer 5% ou 6%, teremos outros gargalos enormes, que nem sempre estão sendo discutidos, principalmente no Estado de São Paulo, especialmente na região metropolitana.

Além dos gargalos da questão macroeconômica em São Paulo – e já discutimos muito a questão de infra-estrutura, de oferta de crédito, de juros – temos especialmente em São Paulo questões muito sérias, que prejudicam enormemente a competitividade da nossa economia, como a questão do trânsito em São Paulo, cada vez pior. Perde-se muito tempo. O que perdemos em competitividade pelo fato de não termos um sistema de trânsito e de transportes de massa adequado, cada vez mais carros entrando, com o tempo para se deslocar cada vez maior.

Precisamos discutir a questão da importância do Rodoanel, o sistema de financiamento disso, se o estado tem condições de fazer sozinho, como se fará isso. A questão da logística com o Ferroanel, o maior aproveitamento da ferrovia, embora verifiquemos que tem melhorado, como informações de que há cinco ou seis anos atrás apenas 4% da exportação que chegava a Santos vinha pela ferrovia, enquanto que este ano de 2003 já estamos com mais de 20%. Mas existe ainda uma possibilidade de aumento de utilização da ferrovia, o que pode ajudar na questão do trânsito. A questão da Hidrovia Tietê-Paraná, um centro de logística, a construção dos terminais intermodais que podem ajudar muito, evitando caminhões transitando pelas marginais.

A questão da segurança pública, que é um problema seriíssimo que, sem dúvida, afasta investimentos. Temos conversado com delegações internacionais que têm-nos visitado aqui na Assembléia com embaixadores e cônsules de diversos países. Recentemente estive com o Cônsul da Alemanha e a grande preocupação era com o encaminhamento que o Governo Federal, Estadual, Municipal vão dar à questão da segurança pública. Esse é um ponto que hoje prejudica a atração de novos investimentos em São Paulo.

Então, a nossa região metropolitana, além dos gargalos normais, apresenta questões específicas que exigem de todos nós um esforço enorme na busca de alternativas para atração de Desenvolvimento Econômico Sustentado com qualidade de vida. Sabemos que hoje, na Capital, há um deslocamento de indústrias. Embora tenhamos atraído muitos investimentos, sabemos que no futuro é a questão de serviços que precisa ser melhor aproveitada.

Na área de Turismo, o que é que tem sido feito? Temos um Turismo forte de negócios e eventos, mas isso tem ocorrido durante a semana – nos finais de semana os hotéis e restaurantes têm experimentado uma redução enorme da taxa de ocupação, gerando prejuízo e alta de custo por falta de uma melhor escala. Temos de desenvolver um sistema integrado, aproveitando melhor o turismo de negócios, integrando melhor, levando mais segurança à população. Hoje convidei o ex-Secretário da Cultura, Marcos Mendonça, que deverá vir aqui. Ele tem um projeto interessante na questão do “bureau” que está sendo criado para a busca de um planejamento estratégico e específico para o turismo em São Paulo.

Após essas reuniões todas temos hoje a possibilidade de construirmos juntos uma agenda muito importante com ações, das quais muitas vezes a Assembléia parece distante, não obstante tenha de discuti-las. Quanto à questão da educação profissionalizante, um dado interessante que nos preocupou e que deve merecer a atenção, é que no Plano Estadual de Educação esse assunto não esteja contemplado – e temos aqui o Secretário-Adjunto de Desenvolvimento Social.

O IPRS é um assunto que vamos discutir aqui também, dentro dessa nova realidade em que os parlamentos têm de funcionar, questionando cada vez mais como funcionam nossas instituições. A sociedade muda rapidamente e passa a exigir de suas instituições

outras formas de atuação. O modelo de gestão que era adequado há 10 ou 15 anos atrás hoje precisa ser revisto. Como estamos utilizando os recursos financeiros que são colocados à nossa disposição através dos impostos? Quais os indicadores que temos para medir e avaliar se essas políticas públicas que estão sendo criadas pelo governo estão dando resultados. Daí a importância do IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social, que, com base nos indicadores do IDH, agora melhorado, avançado, nos dá realmente condições de termos em mãos uma ferramenta, para que possamos fazer esse controle e avaliação, como anda a saúde, a educação, a produção de riqueza, com diversas variáveis.

O importante é que esses indicadores, é o nosso desejo, sejam corrigidos a cada dois anos. O IDH sai a cada 10 anos, porque depende de pesquisas nacionais. O IPRS, como nós temos o conjunto de informações que o próprio SEADE pode coletar junto ao Estado e as prefeituras, podemos corrigir e atualizar esses dados até 10 anos. E, através deles, verificamos uma questão que deve merecer a nossa atenção voltada para a área da educação, e quem sabe o problema da segurança também, o problema da Febem. Nós temos no Estado de São Paulo um milhão e 600 mil jovens, de 15 a 24 anos, que estão fora da escola e que não concluíram o ensino fundamental.

Esta é uma “bolha” que, sem dúvida, se não houver uma política pública específica para atendimento, vai nos causar problemas. Desses um milhão e 600 mil jovens: 120 mil são analfabetos; 550 mil não terminaram o segundo ano do ensino fundamental, e 800 mil não terminaram a 7ª série.

Pergunto: o que faz um jovem que não terminou o ensino fundamental e está fora da escola? Qual a perspectiva de arrumar um trabalho, com renda suficiente para fazer frente à demanda da sua família, nesta sociedade competitiva que nós temos?

O sistema convencional de educação já garantiu, na idade de 7 a 14 anos, hoje, 98.5% das crianças na escola. Isso está resolvido do ponto de vista da presença da criança na escola. Ainda não está resolvido do ponto de vista da qualidade, tem melhorado, mas é preciso que se melhore ainda mais. O esforço nesse sentido tem sido feito, reciclagem de professores, bônus, sistema de carreira, treinamento, melhor equipamento nas escolas, com laboratórios, bibliotecas, mas e esta população que está fora da escola?

Esta é uma preocupação. Remetemos isso para a Comissão de Educação e também para a Comissão de Ciência e Tecnologia, e queremos inclusive parcerias com as ONGs,

com o Sistema “S”: SENAI, SENAC, SEBRAE, para que possamos fazer um esforço específico e trazer novamente esses jovens para a escola. Só assim vamos criar uma condição melhor, um ambiente mais competitivo e, quem sabe, reduzir a presença desses jovens na Febem, a questão da violência, porque um jovem fora da escola, que não terminou o ensino fundamental, em pleno Século XXI, realmente é uma realidade muito cruel principalmente em se tratando de um estado como o nosso.

Por essas e outras é que estamos aqui, deputados, presidentes de comissões, com a sociedade civil, representantes de órgãos do Estado, para que, juntos, possamos produzir uma agenda de trabalho para darmos uma resposta à sociedade, a todas essas questões.

Muito obrigado e vamos ao trabalho. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Teremos agora a apresentação do IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social, e convidamos o Prof. Gustavo Zimmermann, da Unicamp, do NESUR, Núcleo de Economia Social e Urbana, da Unicamp, para a sua apresentação.

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – Bom-dia.

Vamos fazer uma exposição rápida sobre os conceitos de Desenvolvimento. Logo depois, apresentaremos os indicadores desse Desenvolvimento, utilizando principalmente o IPRS; e, numa terceira etapa, o diagnóstico do PPA para a região metropolitana de São Paulo.

Falar inicialmente da região metropolitana de São Paulo, quer dizer falar de 39 municípios, que formam uma malha urbana contínua, exceto oito pequenos municípios que não estão exatamente conurbados, onde, nos anos 90, a população da região metropolitana continuou crescendo, e cresce mais no conjunto da região metropolitana do que no centro dela, na capital de São Paulo, particularmente nos municípios de Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra, Caieiras, etc. É o maior espaço contínuo ocupado da América Latina, e é um espaço economicamente integrado. Nós temos particularmente uma concentração enorme da indústria, tanto no Município de São Paulo quanto na região metropolitana de São Paulo, mas temos uma complementariedade econômica também muito expressiva. Temos municípios agrícolas, temos um forte cinturão verde hortifrutigranjeiro, baseado

principalmente em Mogi das Cruzes e na região de seu entorno; temos um pólo de serviços extremamente sofisticados, é o maior pólo de serviço da América Latina, são serviços financeiros, serviços de comunicações, serviços dos conglomerados das indústrias, sedes administrativas de indústrias. Temos um potencial de turismo enorme, é a segunda região de turismo, de destino de turistas brasileiros, particularmente de turismo de negócios, concentrados na capital paulista. Mas, também como o Sr. Presidente Sidney Beraldo ressaltou, esse turismo de negócios têm um potencial grande de expansão centrado no aproveitamento da estadia desses turistas, que pode ser feita através de um turismo cultural, um turismo ecológico na região, de um turismo particularmente esportivo.

No entanto, temos dentro da região não apenas esse potencial de aproveitamento como temos também municípios com potencial turístico nítido. Mas a questão talvez mais importante e emergente da região metropolitana de São Paulo é se discutir se há ou não um esvaziamento industrial nessa região. Claramente não há uma desindustrialização na região metropolitana. Houve, sim, um processo longo, um processo histórico, de desconcentração industrial nessa região.

Desconcentração primeiro capitaneada, inclusive pelo Estado Brasileiro, em direção à ocupação de novos espaços econômicos. Posteriormente, com a saída progressiva do Estado, a partir de meados da década de 80, com a prevalência dos chamados mecanismos de mercado para localização industrial, isso deslocou o eixo central, o motor do crescimento, para as indústrias que estavam passando por um processo internacional de reestruturação, de tal forma que o mercado comandou esse novo processo de desconcentração após meados da década de 80.

No entanto, esta desconcentração, diferente da outra, foi capitaneada pelo dito mercado, pela mão invisível do mercado, na qual cumpre um papel importante a guerra fiscal. Apesar disso, a desconcentração se dirigiu em grau bastante elevado para o próprio interior do Estado de São Paulo e se deslocou do centro da região metropolitana, quer dizer, da Cidade de São Paulo para a região metropolitana.

A região metropolitana de São Paulo fortaleceu a sua presença industrial no cenário nacional. Todos os diagnósticos mais recentes mostram que a Cidade de São Paulo não passou por uma desindustrialização, mas passou, sim, por um processo de requalificação industrial.

Na realidade, a nova indústria, a indústria intensiva em conhecimento, se reconcentrou no Município de São Paulo. Isso é muito importante, porque São Paulo, Capital, faz um movimento similar ao das grandes regiões metropolitanas do mundo, se especializando na nova indústria e nas indústrias intensivas de tecnologia ou não.

Há até uma questão que coloca São Paulo como uma das cidades mundiais. O importante é sabermos que houve, sim, uma reestruturação da indústria. Houve sim uma modificação, um espraiamento, uma desconcentração, particularmente de algumas indústrias com a tecnologia madura, estabilizada e intensiva de mão de obra. Esses setores particularmente foram mais sensíveis aos incentivos fiscais, e alguns deles se deslocaram da Cidade de São Paulo, ou mesmo da região metropolitana ou do Estado de São Paulo.

No entanto, houve uma concentração, uma reconcentração expressiva. Por exemplo, o setor químico dobra de tamanho e de peso na região metropolitana e na Cidade de São Paulo. A indústria de móveis de escritório, a indústria de informática, volta se fortalecer nesse centro. Isto é importante para podermos pensar em políticas de defesa, em políticas de reestruturação. Porém, não aconteceu em São Paulo o que aconteceu em outras regiões em grandes concentrações industriais no mundo. O ABC continua sendo o grande centro produtor de automóveis do Brasil e da América Latina. Não aconteceu na região metropolitana de São Paulo o que aconteceu em Chicago, o que aconteceu em Detroit, o que aconteceu em Osaka, no Japão, quer dizer, realmente uma desconcentração intensa. Curiosamente São Paulo e a região metropolitana de São Paulo não cumpriram esse destino; pelo contrário, fortaleceu-se enquanto centro industrial.

No entanto, vamos tratar de Desenvolvimento e Desenvolvimento não é apenas Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento tem outras faces. O Desenvolvimento quer dizer Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Cultural, Desenvolvimento Tecnológico, Desenvolvimento do bem-estar da população. Não há Desenvolvimento apenas Econômico, da acumulação de capital. A população tem que aproveitar esse Desenvolvimento.

A segunda característica do Desenvolvimento, como a própria palavra fala, exige envolvimento dos agentes regionais.

Na semana passada, numa reunião com técnicos da União Européia, nós pudemos observar, em que pese os fortes investimentos de incentivos fiscais, que a indústria tem se deslocado das regiões mais desenvolvidas para as regiões que têm incentivo fiscal. Assim

que muda a localização de incentivos fiscais, por exemplo, agora com a expansão do Leste Europeu, esta indústria que se desconcentrou particularmente aqui da região metropolitana de São Paulo também acompanha o incentivo fiscal, sem trazer desenvolvimento. Quer dizer, Desenvolvimento é uma ação regional, que exige de fato a integração entre os agentes regionais. E medir o Desenvolvimento não é apenas medir a renda “per capita”. Renda “per capita”, que é o tradicional indicador do investimento extremamente impreciso, particularmente numa sociedade como a nossa, de grande concentração da renda, grande heterogeneidade na distribuição de renda. Por isso o PIB “per capita”, ou a renda “per capita”, foi substituído pelo Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. Esse índice de Desenvolvimento Humano, além do Desenvolvimento Econômico, tenta captar o Desenvolvimento também Social, através de indicadores de saúde, de longevidade, de esperança média de vida e do grau de escolaridade, quer dizer do capital social básico da sociedade. O IDH, como o Presidente Sidney Beraldo chamou a atenção, tem uma virtude de traduzir-se também em Desenvolvimento Social. Ele tem uma grande limitação, porque ele é decenal, ele é baseado nos dados dos censos nacionais. Para isso a Assembléia Legislativa contratou a Fundação SEADE, que elaborou o IPRS, que é o Índice Paulista de Responsabilidade Social, inspirado no IDH, que também capta as dimensões riqueza, esperança média de vida e escolaridade. Porém, o faz de maneira diferente.

A captação do indicador de riqueza é feita através de indicadores não exclusivos de geração de riqueza ou do valor adicionado fiscal, mas ele é captado através de indicadores da remuneração dos trabalhadores do setor formal da economia, do consumo de energia elétrica residencial e do consumo de energia elétrica do setor agropecuário, de serviços e comerciais.

Indicador de longevidade é tratado com diversas taxas de mortalidade: a taxa de mortalidade infantil, a taxa de mortalidade da população adulta e a escolaridade também pelo grau de alfabetização e o grau de cobertura da população em idade escolar.

Mais uma característica nós temos no IPRS. Temos essas variáveis que citei, que são históricas, são variáveis estruturais de Desenvolvimento. Mas temos também naquela última coluna, variáveis de esforço. É uma tentativa de medir o esforço das administrações locais na promoção desse Desenvolvimento.

Então, algumas variáveis são mais sensíveis, como o valor agregado no município, como a mortalidade perinatal, que inclui a mortalidade infantil, quer dizer, os nascidos mortos e aqueles que morrem antes de uma semana de vida, porque este indicador, esta mortalidade tem muito a ver com a estrutura básica de atendimento pré-natal, de alimentação etc. Então os administradores municipais têm maior influência sobre esta política. Assim como no indicador de escolaridade destacamos a cobertura da rede municipal de ensino.

Os indicadores do IPRS, no próximo quadro, indicam que na dimensão riqueza no Estado de São Paulo, entre 1997 e 2000, a economia paulista não cresceu; quer dizer, 1997 é um ano de pico, é um ano de economia aquecida e o ano de 2000 é um ano de baixo crescimento industrial. Neste período, a economia, a geração de riqueza não se desenvolveu. No entanto, a longevidade de vida da população se ampliou de 60 para 65 por cento e a escolaridade deu um salto expressivo de 71 para 87 pontos.

Chamo atenção que isso não quer dizer que a longevidade passou de 60 anos para 65 anos, mas isso é um índice e quer dizer que ela passou de 70 para 65 pontos.

Esta é a visão do conjunto do Estado de São Paulo. No entanto, vendo no próximo quadro a dimensão riqueza subdividida entre as diversas regiões do Estado, vamos ver que a região metropolitana de São Paulo é a primeira região em riqueza do Estado de São Paulo, e é ele que eleva a média do Estado. Se retirássemos a região metropolitana do Estado de São Paulo dessa medição, a renda média do Estado cairia para próximo da região metropolitana da Baixada Santista e da região Central.

No próximo quadro, podemos ver como se subdivide esta riqueza dentro da região metropolitana de São Paulo. Vamos ali na primeira coluna o Município de São Paulo tem o maior índice de geração de riqueza, e na região metropolitana de São Paulo, nós temos o ABC e região, depois Osasco e sua região, que concentra os municípios da região oeste lá da região metropolitana. Esses demais municípios, a última coluna, onde estão os demais municípios da região metropolitana, são primordialmente municípios da região Norte e Leste da região metropolitana.

A próxima dimensão é a dimensão longevidade, onde vemos que a região metropolitana de São Paulo é a 12^a do Estado. Enquanto é a primeira em geração de

riqueza, a sua população tem uma esperança média de vida que a coloca em antipenúltimo lugar entre as regiões do Estado de São Paulo.

Dentro da região metropolitana de São Paulo, a longevidade também apresenta algumas distorções. No Município de São Paulo é a mais alta e nos demais municípios da região metropolitana, que dizer os municípios das regiões Norte e Leste, é a menor dentre todas.

No próximo quadro, de escolaridade, vemos que, apesar da região metropolitana de São Paulo ser a sexta, ela está no mesmo patamar das regiões de Marília e Barretos; é um patamar idêntico de posição. Novamente dentro da região metropolitana de São Paulo, nós temos o Município de São Paulo, que não é o primeiro lugar em escolaridade, mas a região do Grande ABC é que ocupa a primeira classificação. Enquanto que a região mais pobre, que é a região norte e leste, também não é a última em escolaridade, mas a região norte e leste têm escolaridade superior à da região de Osasco e dos municípios da região Oeste.

Na realidade, esta é a visão agregada da região metropolitana e, no próximo quadro, vemos que nós temos também uma outra classificação, que faz uma outra subdivisão entre os municípios dessa região. Aí temos cinco classificações, desde a primeira, que congrega os municípios que têm elevado grau de geração de riqueza e elevados parâmetros de longevidade e escolaridade. Temos o grupo 5 que congrega os municípios de baixo nível de riqueza e baixos indicadores socioeconômicos.

Se nós olharmos essa qualificação para o Estado de São Paulo vamos ver como aí estão todos os limites municipais dos 645 municípios do Estado, e a cor branca marca os municípios com elevado nível de riqueza, escolaridades e longevidade. O nível 2 refere-se os municípios ricos, porém com baixos indicadores de longevidade e de escolaridade. O nível 3 refere-se a municípios de baixo nível de riqueza e elevados níveis de indicadores sociais. O nível 5, como nós tínhamos chamado atenção, é o mais pobre.

Novamente lembrando no próximo quadro, temos destacado aí o conjunto da região metropolitana de São Paulo, onde a riqueza cresceu um ponto percentual, ao contrário do Estado.

Neste quadro, os municípios foram subdivididos nas cinco categorias e o que acontece é que não temos na região metropolitana nenhum município de baixa renda e elevado índice de longevidade e escolaridade.

Temos um grupo de municípios com bons indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade, que são esses: Caieiras, Carapicuíba, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, São Paulo e Suzano. No entanto, temos um grupo grande de municípios que são de elevada renda e baixos indicadores sociais. Esses seriam entre aspas os municípios mais injustos. São aqueles municípios cuja população conta com baixo nível de renda indireta, que é a renda propiciada por uma estrutura de saúde ou uma estrutura de escolas públicas, de escolaridade, etc, desenvolvidos.

Temos os municípios de nível 4: Ferraz de Vasconcelos, Poá e Salesópolis, que, apesar de pobres, têm níveis médios de longevidade e escolaridade. Temos o grande bolsão que congrega os baixos níveis de riqueza, de longevidade, de escolaridade, que são os municípios de Biritiba-Mirim, Francisco Morato, Franco da Rocha e Santa Isabel.

Esses dados são do IPRS, para a região metropolitana de São Paulo, e vemos nele, particularmente, a não-existência de municípios pobres com elevados índices sociais de Desenvolvimento.

O próximo quadro dá uma outra visão da região metropolitana de São Paulo. Esse quadro mostra a região metropolitana de São Paulo, mais abaixo a região metropolitana da Baixada Santista e mais ao norte a região metropolitana de Campinas. Essas três regiões congregam 58% da população do Estado e 63% do PIB estadual.

Se a essas regiões nós utilizarmos o conceito de região metropolitana expandida, utilizado pela Emplasa, veremos que se agregarmos a ela a região de Jundiaí – que é a região entre a região metropolitana de Campinas e de São Paulo – a região de Sorocaba e seu entorno, São José dos Campos e seu entorno, veremos que essa região concentra 70% da população paulista e 80% do PIB paulista.

O próximo quadro mostra a localização das indústrias de alta tecnologia do Estado de São Paulo. Vemos aí o Município de São Paulo agregando quase 40% das empresas de alta tecnologia, a região metropolitana com 14 por cento. O restante da região metropolitana, quer dizer, a região metropolitana como um todo pega, 53% das indústrias de alta tecnologia do Estado de São Paulo.

Depois, vem a região de Campinas, a região Central, que agrega Araraquara e São Carlos, a região de São José dos Campos e a região de São José do Rio Preto.

Se olharmos por outro lado, para o Estado do ponto de vista da distribuição de arranjos produtivos locais, só visualmente, pelos números, percebemos que os “clusters”, os arranjos cometidos locais são mais bem espalhados pelo Estado, e aí o que se destaca é a região administrativa de Registro, bem aqui ao Sul do Estado, e que não tem nenhum dos “clusters” característicos da economia paulista.

O próximo quadro é grande o suficiente para mostrar que, na região metropolitana de São Paulo, temos praticamente todos os arranjos produtivos locais. Chamo a atenção, porque aí não estão todos os arranjos produtivos locais, mas são alguns selecionados, que é para mostrar, dar uma idéia de que, apesar de haver uma grande concentração inclusive industrial no Município de São Paulo e no ABC, em Osasco e Guarulhos, temos uma distribuição significativa dos arranjos produtivos locais pela região metropolitana.

Visto esse traço econômico do Desenvolvimento da região, vamos ver o PPA, começar a apresentação do PPA, dizendo inicialmente que, na realidade, ele é composto por cinco linhas estratégicas, 215 por ano, mil e 365 ações, de que, obviamente, não falaremos, porque sairíamos daqui amanhã, mais ou menos a esta hora, se fôssemos enumerar um por um.

No entanto, no próximo quadro, vemos que 55 programas são dedicados ao aprimoramento da gestão pública do Estado, quatro programas para o Desenvolvimento Regional, 87 para o Desenvolvimento Social, 37 para infra-estrutura, 31 para o Desenvolvimento Econômico.

Vamos mostrar agora o diagnóstico que está no PPA para a região metropolitana de São Paulo, através das potencialidades e necessidades da região.

Quer dizer, a primeira grande necessidade da região metropolitana é a expansão das funções básicas da economia regional, através do apoio à modernização tecnológica e produtiva dos setores mais dinâmicos, a dinamização das pequenas, micro e médias empresas, especialmente nas localidades menos desenvolvidas.

Segundo a linha das potencialidades e das necessidades da região, está a implantação do sistema de orientação técnica da produção e comercialização, para os pequenos agricultores, particularmente dessa região de Mogi das Cruzes e seu entorno.

Como terceira linha de atuação, está a melhoria da infra-estrutura viária e das redes de tratamento de água e esgoto e, obviamente, os programas sociais envolvendo ações na

área da educação, saúde, capacitação, qualificação de mão-de-obra, segurança pública e assistência social.

É importante dizer que, em que pese termos tido um aumento populacional na década passada, na região metropolitana, de aproximadamente 17 a 18%, o crescimento da população favelada da região metropolitana de São Paulo foi quatro vezes superior, ou seja, o nosso Desenvolvimento está sendo feito com a ampliação do fosso social.

Separamos agora alguns exemplos de ações de programas de caráter metropolitano e de ações integradas nesse mesmo “slide”. Temos o programa de requalificação urbana que compreende um conjunto de ações de gestão metropolitana, da legalidade de assentamento popular, construção de unidade habitacional popular, requalificação de área de conjuntos habitacionais de interesse social, recuperação urbana e ambiental das áreas protegidas e urbanização de favelas. Ou seja, uma das prioridades dos projetos de ações integradas destina-se exatamente a mitigar as diferenças, ou pelo menos, esse crescimento das populações faveladas da região metropolitana.

Alguns planos setoriais: o plano integrado de transportes urbanos – o Pitu, o Rodoanel, o Ferroanel, o Plano Diretor de Macrodrenagem do Alto Tietê, o Plano da Bacia do Alto Tietê, o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental, o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana.

Esses investimentos, apesar de terem grandes impactos na região metropolitana – particularmente o Rodoanel e o Ferroanel –, apesar de serem programas regionais, têm impactos em todas as regiões do Estado de São Paulo, porque, ao aumentar, facilitar, baratear a acessibilidade do porto às regiões mais distantes do Estado de São Paulo, obviamente incrementa-se a produtividade do Estado como um todo.

No entanto, classificado pelo próprio PPA como um dos projetos mais promissores, envolvendo a parceria público-privado na região metropolitana de São Paulo, estão os investimentos previstos no Metrô, um expresso ligando o aeroporto de Guarulhos à região central da Cidade de São Paulo, a concessão de transportes coletivos intermunicipais ou intermunicipal na região metropolitana e um ajuste operacional da malha ferroviária para atender não apenas o transporte interno do Estado, inter-regional de carga, mas também o de passageiros.

Entre outros exemplos de ações que estão previstas no PPA e que também se aplicam à região metropolitana de São Paulo, está a consolidação dos pólos regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos agronegócios, exatamente com programas que podem ser utilizados por Mogi das Cruzes, Arujá, Santa Isabel, Salesópolis, Guararema e Cotia, que são os principais produtores agrícolas na região metropolitana.

O apoio à pequena e à média indústria tem um programa no PPA, de apoio à implantação e Desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e apoio à gestão pela qualidade e aprimoramento dos “designs”, do “design” da profissão industrial paulista.

Há uma previsão para a elaboração de um Plano Estadual de Turismo e uma agência de fomento ao turismo. Obviamente, tenho chamado atenção, na minha exposição, particularmente na exposição do Presidente Beraldo, para o turismo regional não apenas de negócios, mas esportivo, ecológico, cultural, alimentação, etc., que deve ser estimulado e aprofundado na região metropolitana.

Há também, com apoio à Ciência e Tecnologia, um Plano de Expansão do Ensino Público Superior. Não é porque temos aqui alguns postos da Unesp e da USP. A região metropolitana tem grandes concentrações de população que demandam uma expansão da oferta do ensino público, não apenas nas universidades, mas também do ensino público tecnológico, e deve ser uma região contemplada também no plano de descentralização da Fundação Paula Sousa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Muito obrigado, Professor Gustavo Zimmermann.

Passaremos agora à composição da Mesa dos trabalhos, convidando inicialmente o Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa. Temos a satisfação de receber o Sr. Ernesto Vega Senize, Secretário-Adjunto da Assistência e Desenvolvimento Social do Estado, representando aqui a Secretária Maria Helena Guimarães de Castro; Deputado João Carlos Caraméz, Presidente da Comissão de Administração Pública e membro da Comissão de Assuntos Municipais, Transportes e Comunicações; Deputado Sebastião Almeida, vice-Presidente da Comissão de Administração Pública e também da Comissão de Fiscalização e Controle; Deputado Mário Reali, membro da Comissão de

Assuntos Metropolitanos, Comissão de Assuntos Municipais e Comissão de Economia e Planejamento; Deputado Simão Pedro, membro da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia, e também Serviços e Obras Públicas; Deputado Vicente Cândido, membro da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Economia e Planejamento; nobre Deputado Said Mourad, membro da Comissão de Assuntos Internacionais e da Comissão de Serviços e Obras Públicas.

Inicialmente, passo a palavra ao Deputado João Caraméz, Presidente da Comissão de Administração Pública.

O SR. JOÃO CARAMEZ – PSDB – Bom-dia a todos.

Quero saudar o nosso Presidente da Assembléia Legislativa, nobre Deputado Sidney Beraldo, bem como os demais nobres Deputados Sebastião Almeida, Simão Pedro, Said Mourad, Mário Reali e Vicente Cândido. Saúdo o Secretário-Adjunto, nosso amigo e companheiro Ernesto; quero cumprimentar a Mesa Diretora por esta brilhante iniciativa de estarmos discutindo não somente o PPA, mas as questões que mais afligem a população, não só do Estado, mas principalmente da nossa região metropolitana, como foi dito, constituída por 39 municípios. Sou morador da região metropolitana, nascido e criado na Cidade de Itapevi, onde fui prefeito, e hoje, sou deputado na 2ª Legislatura.

Falarei sobre o mesmo assunto que expus na discussão da região de Osasco, região a qual pertença. É humanamente impossível discutirmos políticas públicas para a Região Metropolitana de São Paulo, onde vivemos um verdadeiro contraste. Temos municípios densamente povoados e estritamente industriais, e temos municípios que têm todo o seu território numa área de proteção ambiental. Enfim, são municípios com características totalmente diferentes. Não dá para discutir as questões desses municípios numa só discussão.

Então, é necessário que nós, da Assembléia, comecemos urgentemente a estudar a possibilidade da regulamentação e regulação da região metropolitana de São Paulo. Não é possível os 39 municípios, incluindo a Capital, discutirem políticas públicas. Toda e qualquer região metropolitana precisa criar a sua agência de desenvolvimento. Para isso, é necessário que haja os seus recursos. De onde virão esses recursos? Dos próprios

municípios. Quem vai decidir a destinação e a aplicação desses recursos? São os próprios agentes de municípios. E toda a deliberação em agência é feita pela unanimidade.

Se, de repente, colocar-se o Município de Juquitiba ou de Biritiba-Mirim discutindo com a Capital, vai ocorrer uma completa distorção. Mais grave ainda: por exemplo, quando existia o Consulte – Conselho Consultivo da Região Metropolitana de São Paulo, a Capital foi o município que jamais participou de qualquer discussão naquela oportunidade. Não seria diferente agora, pois a Capital tem outras prioridades.

Não dá para se situar dentro da região metropolitana, no contexto da região, nessa discussão, município – a Capital –, e os demais municípios, contando também com os seus contrastes. Esse era um ponto que queria colocar dentro do que já foi dito de gestão pública.

Um segundo ponto que quero falar é com relação ao desenvolvimento na sua infraestrutura. Sabemos que para o cidadão ter uma qualidade de vida boa é necessário, além de tudo, saúde, educação e moradia. Mas a questão do transporte é essencial para a qualidade de vida do cidadão. Não é possível um cidadão sair às três horas da manhã da sua casa para entrar às oito no serviço, e sair às seis para chegar às 11 em sua casa. Costumo dizer que este trabalhador corre o risco de, no sábado, o seu filho estranhar a presença do pai dentro de casa. Afinal, este pai ficou a semana toda sem ver o filho acordado, pois quando ele sai o filho está dormindo e, quando volta, também está dormindo.

Isso acontece com os moradores do Grajaú, por exemplo, da Zona Sul. Eles precisam tomar ônibus e levam de três e meia a quatro horas para atingir o centro da cidade, e mais quatro ou cinco horas para voltar. O que precisamos fazer com essa população? É viabilizar um meio de transportes que venha a facilitar a sua vida. Ou seja, uma outra alternativa. E, nós, em São Paulo, não estamos aproveitando os recursos que a natureza nos oferece de modo devido. Outros países utilizam-se desses recursos naturais – são os rios. Então, por que não implantarmos nos rios que temos na cidade o transporte hidroviário urbano? Por que não implantar, no Grajaú, por exemplo, uma balsa que possa fazer a travessia daqueles moradores até o município vizinho de Diadema? Isso encurtaria em três horas praticamente a distância desses moradores. Porque os moradores estariam atingindo, em 40 minutos, o Terminal de Jabaquara, com metrô e condução para toda a cidade. Era essa a primeira colocação – sobre a hidrovia.

A segunda coisa é a implantação da hidrovia urbana ligando a Zona Sul com a Zona Leste através do rio Pinheiros e o rio Tietê. O rio Pinheiros oferece hoje todas as condições e características para a implantação dessa hidrovia. O Rio Tietê, após a conclusão da obra do rebaixamento da calha, irá apresentar todas essas condições. É lógico que precisaria de algumas obras complementares para que isso fosse solucionado. Uma delas seria a inclusão de “cebolão” fazendo a interseção do rio Pinheiros com o rio Tietê. A conclusão da eclusa da barragem da Penha – já tem metade construída –, e a construção de um canal dentro do Parque Ecológico do Tietê, possibilitando levar esse meio de transporte até o novo campus da USP, que está sendo construído na Zona Leste.

De repente, teríamos uma ligação da Zona Sul com a Zona Leste, e uma parte da Região Oeste também, porque a obra do Tietê foi levada até a Barragem Edgar de Souza, no Município de Santana de Parnaíba. Poderíamos atingir, de repente, os quatro pontos da cidade: zonas Oeste, Sul, Norte – região beirando o Rio Tietê e a Leste. Será construído um grande terminal intermodal próximo ao campus da USP, integrando com a rodovia, pois, de um lado temos a Dutra, e do outro lado temos a Ayrton Senna. Integrará com a ferrovia também, pois temos, do lado, está a linha F da CPTM, que vai até Mogi das Cruzes. E, mais ainda: poderia se integrar com o novo projeto do governo, que é o trem expresso que vem de Campinas até aquele ponto, levando as pessoas até o Aeroporto de Guarulhos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, eram essas as minhas colocações no sentido de compartilhar com os anseios da população do nosso Estado, mas principalmente da população da região metropolitana de São Paulo, que, sem sombra de dúvida, por ser a mais rica em todos os sentidos, precisa realmente desses avanços.

Mais uma coisa que me veio agora dentro do contraste da região metropolitana que temos, e é tão rica essa região que temos a possibilidade de criarmos, dentro da região metropolitana de São Paulo, um novo Circuito das Águas. Temos já em Serra Negra, Atibaia, Lindóia e Águas de Lindóia. Poderemos criar um novo Circuito na região sudoeste da Grande São Paulo, constituído pelos municípios de Juquitiba, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra e São Lourenço da Serra. Dentro do PRN já existem mais de 60 pedidos de lavras para a exploração da água mineral. Na semana passada, no Palácio dos Bandeirantes, o IPT

acabou de entregar, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, um plano diretor provando o grande potencial de água mineral que aquela região possui.

Veja bem o que poderemos ter dentro da Região Metropolitana de São Paulo: um verdadeiro Desenvolvimento Econômico, como esse Fórum está pleiteando, Sr. Presidente.

Quero, neste momento, reiterar a minha disposição no sentido de participação e contribuição, mas acima de tudo quero reiterar os meus parabéns pela brilhante iniciativa da Mesa Diretora desta Casa na pessoa do Sr. Presidente, nobre Deputado Sidney Beraldo.

Muito obrigado e um bom Fórum a todos! (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –
Convidamos para fazer parte da Mesa o nobre Deputado Marcos Mendonça, ex-Secretário de Estado da Cultura.

Queremos registrar e agradecer as presenças do Dr. Carlos Roberto de Alckmin Dutra, Procurador-Chefe da Assembléia Legislativa; do Dr. Auro Augusto Caliman, Secretário-Geral Parlamentar; do Sr. José Antônio Parimoschi, Secretário-Geral de Administração da Assembléia Legislativa; Dr. Milton Montemor, Delegado-Chefe de Assistência a Polícia Civil da Assembléia Legislativa; do Prof. Guilherme Ari Plonsky, Diretor Superintendente do IPT, a quem convidamos para que, neste momento, faça parte da Mesa, atendendo um pedido do nosso Presidente, Sidney Beraldo.

Registramos também a presença do Sr. Humberto Sams, Secretário de Administração do Município de Cajamar; do arquiteto Roberto dos Santos Moreno, Secretário de Economia e Planejamento do Município de Guarulhos; do Sr. Walter Marelli, Diretor Administrativo do Município de Rosana; do Vereador Alexandre Pimentel, da Câmara Municipal de Carapicuíba; do Sr. Wolfgang Lib, Diretor-Titular do CIESP da Zona Norte da Capital; do Sr. Stephano de Angelis, Diretor Jurídico, também do CIESP da Zona Norte.

Convidamos para que faça o uso da palavra, neste momento, para a sua manifestação, o Sr. Wolfgang Lib, Diretor Titular da Diretoria Distrital da Zona Norte do CIESP.

O SR. WOLFGANG LIB – Srs. Deputados e demais autoridades, senhoras e senhores, para mim é uma satisfação poder usar aqui do microfone para contar um pouco da experiência em que o setor privado está tendo na sua ação regional.

Em fevereiro, quando assumi a direção do Centro das Indústrias da Zona Norte, fiz um levantamento dos problemas existentes. Na Zona Norte, que começa em Pirituba e vai até o Parque Novo Mundo, existem ao redor de três milhões de habitantes. A parte que me interessaria seria o potencial da indústria – quatro mil indústrias, a maioria micro e pequenas, algumas médias e poucas grandes. Existem na região mais de cem favelas, o que mostra o muito que há para fazer para mudar o quadro. Utilizei-me de programas que temos no “Sistema S”: SESI, SENAC E SENAI. Em setembro, começamos um programa chamado “Alimente-se bem com um real”. A idéia é diminuir a ausência de empregados – seja na indústria, no comércio ou no serviço – por motivo de doença ou para levar esposa ou filhos ao médico; diminuir os gastos na farmácia, ou seja, melhorar o orçamento doméstico e, além disso, desafogar o sistema público de Saúde, sobrecarregado pelo volume de pessoas que o procuram.

O Programa “Alimente-se bem com um real” consiste no ensino à população da qualidade dos alimentos e do aproveitamento de alimentos jogados no lixo, ou seja, cascas, sementes, folhas, criando um novo hábito alimentar que, infelizmente, falta à população. Uma população mais sadia vive melhor, tem melhor qualidade de vida, trabalha melhor. Um recente estudo da ONU mostrou que o nível intelectual da população dos países em desenvolvimento é muito mais baixo do que o dos países desenvolvidos, exatamente pelo problema da alimentação.

Portanto, esse é um trabalho que iniciamos. Começamos a contatar entidades assistenciais, religiosas e universidades que se interessem em instalar uma sala de aula para esse treinamento. Já estamos em fase de implantação das três primeiras salas. São cursos livres, gratuitos, não só limitados à população de baixa renda, mas abertos para toda a população. O problema alimentar é geral. O SESI faz o treinamento dos professores que irão dar esses cursos. Teremos até 30 alunos para cada curso, num tempo de dez horas/aula. Em três turnos, poderemos chegar a 50 alunos por sala de aula na região. Com 20 salas, queremos chegar a cem mil pessoas treinadas por ano ou, em cinco anos, a quinhentas mil.

Fora isso, a propaganda lateral, boca a boca, que as pessoas que fizeram o curso naturalmente transmitem.

Imaginamos que, com essa ação, a médio e longo prazos poderemos mudar o hábito alimentar da Zona Norte. Isso não quer dizer que outras regiões não possam implantar idêntico programa. Também estamos trabalhando na implantação de cursos profissionalizantes para a população de baixa renda, principalmente nas favelas. Os jovens não têm perspectiva de futuro e muitos se entregam ao crime e à droga por falta de profissionalização. Estamos nos utilizando de programas de treinamento do Senai para implantar salas de aula em entidades, porque sozinhos o SENAI e o SESI não têm condições de administrar tudo isso.

Agora estamos implantando a reforma de uma cozinha, na Vila Espanhola. Vamos implantar um curso de padaria e confeitaria. Será um curso para 10 alunos, três turnos por dia, ou seja, 30 alunos, com três meses de aula, o que irá permitir desde o início uma certa renda para o aluno. O que vimos é que há uma escola do SESI de primeiro grau e, no seu entorno, existe um comércio de drogas muito desenvolvido, movimentado por jovens sem profissão. Queremos pegar esses jovens e fazer com que a médio e longo prazo possamos desenvolver toda a área, com profissionalismo e renda, que, por sua vez, vai trazer como retorno – o que é a nossa finalidade – o Desenvolvimento da indústria. De que adianta uma indústria se não há clientes para consumir os seus produtos?

Essa é a ação que estamos implantando na Zona Norte, cuja experiência eu quis transmitir aqui.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Queremos registrar a presença do Dr. Rubens Lara, ex-parlamentar desta Casa, ex-Secretário Chefe da Casa Civil e Presidente da Cetesb.

Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Almeida, vice-Presidente da Comissão de Administração Pública e também membro da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa.

O SR. SEBASTIÃO ALMEIDA – PT – Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Sidney Beraldo, os parlamentares presentes e a população que participa deste momento importante que é discutir o Desenvolvimento do Estado de São Paulo, principalmente da região metropolitana, o foco que estamos tratando nesta manhã. Acho fundamental essa discussão, fazer com que a população e as entidades possam dar a sua contribuição num momento em que se pensa a cidade, em que se pensa o estado e se definem as políticas por onde é possível desenvolver.

Tempos atrás, e ainda não era Deputado, ouvi a informação sobre a ligação do Aeroporto de Guarulhos ao Centro de São Paulo, o que acho uma coisa atrasada, já que aquele é um grande aeroporto, totalmente desconectado do centro da Cidade de São Paulo. E todos sabem o potencial econômico e o que gira constantemente em São Paulo. Fiquei um pouco mais preocupado, porque chegaram a me dizer que esse trem ligaria o Aeroporto a São Paulo, como se a Cidade de Guarulhos não existisse. Aí a minha preocupação foi redobrada. Só tem sentido o Desenvolvimento se pensarmos em quem está no entorno, qual a população que vai ser beneficiada. Agora, parece-me que o traçado já prevê passar pelo Município de Guarulhos e possibilitar que a população possa acessar o trem. Parece-me algo descabido um trem ligando o aeroporto a São Paulo como se Guarulhos deixasse de existir e a população não tivesse relação nenhuma com isso. Portanto, acho fundamental refletirmos, pensarmos.

O Deputado João Caramez falou sobre a questão do Transporte. Fico imaginando coisas que não me parecem simples, mas bem menos complicadas do que o número de ônibus que infernizam o trânsito de São Paulo. Existem medidas que me parecem bastante razoáveis. Peguemos a estação de metrô Tucuruvi, que está a poucos quilômetros do Município de Guarulhos, que tem aproximadamente um milhão e 200 mil habitantes: você evitaria que várias linhas de ônibus entrassem diariamente em São Paulo apenas para acessar a estação do Metrô. Acredito que o Metrô é o melhor meio de transporte, o mais eficiente e rápido, mas o trânsito de São Paulo só vai melhorar na medida em que o Metrô se estender para outros municípios vizinhos, fazendo com que a população possa acessá-lo sem que vários ônibus entrem no Município de São Paulo.

É fundamental pensar a cidade e ouvir, principalmente as entidades e os usuários, aqueles que representam o segmento da sociedade. Por isso, está de parabéns a Assembléia

Legislativa, a Mesa da Casa, por possibilitar este momento de integração da comunidade com as decisões que os governos precisam ter.

Como parlamentares, estaremos na Assembléia dando a nossa contribuição e implementando aquilo que for bom para os municípios e o Estado de São Paulo.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Tem a palavra o nobre Deputado Vicente Cândido.

O SR. VICENTE CÂNDIDO – PT – Bom-dia, senhoras e senhores. Cumprimento o Presidente Sidney Beraldo, saudando toda a Mesa.

Acho que este é um encontro da Assembléia com a população. Eu e o Deputado Mário Reali fomos proponentes de uma sugestão, parecida com essa, para a criação de um “Fórum de Desenvolvimento Econômico”, que culminou nesse Fórum. Conversamos com a Mesa Diretora e com o Presidente Beraldo, com quem tivemos oportunidade de dialogar bastante sobre a importância de um espaço como esse. Para nós, Deputados, este Fórum ajuda a responder uma questão que todos temos de responder durante as campanhas eleitorais: qual o papel da Assembléia, para o que serve a Assembléia. Todos os eleitores fazem essa pergunta ao ouvido dos candidatos. Sinto-me contente e espero que o Legislativo comece a se sintonizar com o sentimento das entidades, da sociedade civil e da iniciativa privada.

A preocupação e a expectativa que tenho sobre um espaço como esse é onde vamos chegar e como vamos chegar. Sou Deputado eleito praticamente pela região metropolitana. Noventa e cinco por cento dos meus votos foram da região metropolitana. Depois de ver o mapa da distribuição das cadeias produtivas e notar que Registro não tem nenhuma cadeia produtiva, é muito difícil puxar a brasa da sardinha somente para a região metropolitana. Aí é que está a importância e o desafio do Parlamento: pensar o Estado como um todo, ajudar a criar desafios para responder essas questões, trabalhar com isenção e, mais do que isso, despartidarizar propostas como essa. Acho que esse é o grande desafio, a grande novidade que todos aqui vamos encarar e ver como chegamos no final de um processo como esse com resultado bastante prático, objetivo. Essa é a minha primeira grande preocupação.

O Presidente Beraldo fez aqui um apanhado geral na sua palestra de abertura e citou vários problemas, matérias para que debruçemos durante um bom tempo para acharmos solução para essas questões.

Queria também nessa linha, Sr. Presidente, participantes deste Fórum, pontuar isso para que comecemos a criar pensamentos, convicções de como o Legislativo e a sociedade civil podem ajudar a achar saída para essas questões. Sou oposição aqui nesta Casa. Acho que o Legislativo tem um papel histórico nesse momento, de junto com o Executivo ter a obrigação de apontar saída para essas questões. Não quero aqui ficar cobrando só o Executivo, porque acho que não é função só do Executivo. Na medida em que queremos engrandecer o papel do Legislativo, responder a essa indagação que vem dos eleitores, cabe-nos aqui termos um papel propositivo e muito ativo nessas questões todas.

Queria também pontuar algumas questões e dizer que já estou trabalhando nesse sentido no meu mandato como deputado. Mas isso só ganhará corpo e sentido na medida em que for integrado, que for compartilhado com o pensamento de toda a Casa, ou pelo menos de uma maioria.

Acho que um dos primeiros gargalos que o Presidente Beraldo citou é a questão da Educação. Ou resolvemos isso, sobretudo a Educação profissionalizante, ou então dificilmente teremos o Desenvolvimento Sustentado. Quando falo em Educação, posso inserir a Cultura e a Tecnologia junto. Está aqui hoje na Mesa o Presidente de um importante instituto, importante e estratégico para o Estado de São Paulo, sem menosprezar aqui os demais institutos que já estiveram nesta Casa e passam por situação difícil. Também não estou aqui fazendo a crítica; estou constatando isso, porque acho que, se quisermos ser fiéis ao nome do Fórum de Desenvolvimento Sustentado, essa questão tem de ser prioridade zero para todas as nossas ações. O gargalo que há é na formação de mão-de-obra profissionalizante, sobretudo para a juventude – e o dado que o Presidente citou ali é apenas um dos dados, mas ele é mais complexo do que isso, na medida em que o Estado de São Paulo tem também na média brasileira apenas 11% de universitários. Então, estamos muito aquém, na América do Sul, de vários países talvez com uma economia mais deficitária do que o Brasil.

Destacaria essa situação, porque não conheço na História da humanidade país desenvolvido, cidade desenvolvida com a Educação tão precária como é a nossa aqui.

Outros gargalos que temos, que acho que com um pouco de vontade política nossa junto com o Executivo, podemos avançar bastante, é a questão dos mananciais. A região metropolitana ou resolve isso ou será sempre um ponto burocrático de entrave para o Desenvolvimento, haja vista a questão do Rodoanel e de vários outros casos. Isso é a lei complementar que precisa ser resolvida. Portanto precisamos resolvê-la, porque é um gargalo que há anos ouvimos falar: não se pode desenvolver para cá porque vai prejudicar, ou seja, estamos perdendo os mananciais e mesmo assim não estamos nos desenvolvendo.

O outro gargalo é a questão do Trânsito, do Transporte. Temos de resolver a questão do Transporte sobre trilhos, e aí vamos bater sempre na questão do financiamento do Estado, Desenvolvimento Econômico, crescimento da Receita. Essa é uma questão crucial, porque quando falamos de Metrô, de trem, de Rodoanel, estamos falando de investimento de bilhões de reais. Isso precisa ser resolvido. Tenho também um projeto nessa área; portanto não estou fazendo aqui um discurso vazio. Estou dizendo que estou preocupado mas acho que o Fórum tem exatamente o papel de sintetizar as grandes idéias, os grandes projetos para daí acharmos a solução.

Vamos falar de Segurança Pública. Quando falarmos de Turismo temos sempre que mencionar a questão da segurança, da imagem do Estado, da cidade, da nossa imagem lá para fora para podermos atrair mais turistas para cá.

Quero destacar um outro gargalo, que é a questão do acesso ao crédito. Temos que criar algumas linhas de proteções a pequenas, médias e microempresas. Temos que começar a discutir o acesso ao crédito ou será também um gargalo que não terá Desenvolvimento com os juros altos ou com créditos inacessíveis para pequena e microempresa.

Quero destacar isso. Tenho me preocupado com isso. Estou desenvolvendo também um projeto nessa área. Não estou querendo aqui fazer propaganda pessoal, mas quero dizer que não estou aqui querendo fazer discurso vazio. Estou fazendo discurso propositivo; que seja meu, que seja de qualquer outro deputado, acho que essas coisas têm que andar. Ou que seja do Executivo também. Acho que o caminho é a despartidarização dessas questões. Se formos pelas vaidades pessoais não vamos sair do lugar.

Queria só pontuar isso e dizer da alegria de participar de uma iniciativa como essa. Isso valoriza o papel do Legislativo e o Legislativo começa a sintonizar com o verdadeiro

sentimento da sociedade civil. Não podemos nos deixar frustrar, ser mais uma iniciativa que não dê certo, porque as entidades que vêm aqui não voltam mais porque não viram depois seqüências práticas nessas coisas.

No que depender deste deputado, no que depender da Bancada do Partido dos Trabalhadores, poderemos avançar muito.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD – Queremos convidar para fazer parte da Mesa o nobre Deputado Emidio de Souza, 1º Secretário da Mesa Diretora desta Casa. (Palmas.)

Quero também agradecer a presença do nobre Deputado Edson Aparecido, membro das Comissões de Agricultura e Pecuária, Direitos Humanos, Fiscalização e Controle e também Presidente do Diretório Municipal do PSDB.

Convidamos, neste momento, a Sra. Marlene Nascimento, representando aqui o “College New Caledonia”, as incubadoras tecnológicas canadenses para o Brasil.

A SRA. MARLENE NASCIMENTO – Quero cumprimentar inicialmente o Presidente Sidney Beraldo, as demais autoridades presentes e representantes da sociedade que participam deste Fórum.

Gostaria de colocar que é uma honra para mim participar deste Fórum. Participei também do Fórum em São Bernardo na nossa região. Tive também o privilégio de participar do Fórum São Paulo Século XXI, como conselheira do time da indústria, onde apresentamos algumas propostas. Fiquei muito feliz porque uma das nossas iniciativas já se transformou numa realidade como lei que é o IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social, que foi fruto do nosso trabalho naquele Fórum. Acreditamos ser de suma importância ter o IPRS como a lei promovendo a participação de todos os cidadãos no debate e no controle das decisões tomadas em áreas específicas no nosso Estado.

Nesta especial oportunidade, quero participar às autoridades aqui presentes a urgente necessidade de termos uma lei estadual visando à implementação de incubadoras tecnológicas para a nossa Cidade de São Paulo. Apresentamos um texto, que hoje é uma lei, que foi Projeto de lei nº 197/98, aprovado em todas as instâncias, desde a Educação,

Ciência e Tecnologia e Orçamento nesta Casa de Leis, através do Parecer nº 1420/98. Acreditamos contar com a sensibilidade, sobretudo com a agilidade de todos os parlamentares para que seja uma realidade esta lei, que, com certeza, propiciará condições de alavancarmos o crescimento e Desenvolvimento Sustentado da nossa Cidade de São Paulo.

Atualmente, como pesquisadora, tenho constatado que o modelo das incubadoras tecnológicas canadenses é altamente eficaz, seja pelo tempo de implementação do projeto, - cerca de seis meses, através de um Projeto “Taniki”, que hoje é sucesso em 11 cidades canadenses.

Esses projetos têm sido implementados promovendo uma integração perfeita entre a comunidade, os trabalhadores e o governo nas diversas áreas: na área estadual, sobretudo na área municipal e também na área federal.

O sucesso das incubadoras tecnológicas canadenses foi fruto de grandes pesquisas e informações valiosas através do contato com a “National Business Incubation Association”, da consultoria do Dr. Jack Bishop, que é um “expert” em incubadoras tecnológicas da ONU e também da consultoria de uma consultoria que já desenvolveu e implementou com sucesso 150 incubadoras nos Estados Unidos.

Hoje, o Canadá está transferindo essa tecnologia para a Rússia e para a China. Hoje, estamos pensando no mercado da América Latina a começar pelo Brasil.

Neste momento, estamos negociando a transferência dessa tecnologia para o Brasil. Certamente, teremos um grande destaque no cenário internacional quando inaugurarmos a primeira incubadora tecnológica de modelo canadense na América Latina, em nosso país, em nossa Cidade de São Paulo, promovendo a inovação da área tecnológica, explorando novos nichos de mercado, desenvolvendo áreas emergentes, ecologia, tecnologia de informação e “business intelligence”, formatando a carreira dos universitários a partir do primeiro ano, preparando os profissionais do futuro com uma visão empreendedora, projetando cidadãos no Século XXI por intermédio de iniciativas arrojadas e prósperas, participando assim da construção de um novo cenário econômico para a nossa cidade e depois para o nosso País.

Pensando nesse projeto, concebemos também um projeto arquitetônico que pudesse abrigar toda essa estrutura. Nesse projeto tivemos a concepção de um prédio ecológico

baseado numa série de premissas onde fosse permitido encontrar em seus diversos ambientes características de um projeto de vanguarda, dotada de simplicidade, inovação e funcionalidade para valorizar espaços criados e dotado de austeridade mostrando que essa edificação será acolhedora de idéias, pensamentos e tecnologia. Na questão do material foi pensada a questão da alta produtividade; para o conceito de alta tecnologia as vedações feitas com materiais de última geração da construção civil, tais como o “dry wall”, estimando a construção do prédio em seis meses. O nosso objetivo é ter essa construção num prazo bem rápido para que possamos propiciar esse encontro da comunidade, dos trabalhadores e dos empreendedores num ambiente propício a essas atividades.

A comunidade terá com isso um prédio de três andares, sendo que o primeiro será dedicado à comunidade com uma horta orgânica, auditório, espaço para iniciativas de educação e de informação sobre a questão trabalhador e Educação.

O segundo andar será destinado a todas as incubadoras e o terceiro para projetos sociais e de terceira idade, porque acreditamos que a expectativa de vida hoje está em torno 60 a 80 anos. Devemos pensar nisso não só para a comunidade mas também para nós que chegaremos a essa faixa etária. Com isso podemos criar possibilidades de geração de renda para a terceira idade.

Acreditamos que esse projeto é totalmente viável e sobretudo inovador para a nossa cidade, que merece ter essa tecnologia, que certamente impulsionará a economia da nossa cidade e, como consequência, do nosso País.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Queremos agradecer as presenças do Sr. Leandro Monteiro, Presidente da Federação Nacional dos Estudantes de Administração; da Sra. Ramona Ribeiro, Presidente da Associação Beneficente Social Estrela Guja, de Caieiras; do Sr. Carlos Eduardo Lima Jorge, Diretor Executivo da APEOP – Associação Paulista dos Empresários de Obras Públicas, representando aqui o Sr. Presidente Arlindo Moura; da Sra. Paula Goes, representando o Magnífico Reitor da Uninove; do Prof. Eduardo Storópoli; do Sr. Flávio Loureiro, da FIESP – Federação das Indústrias, representando o Núcleo de Ação Política; do Sr. Atilio Piraíno Filho, representando o Presidente do Sinduscon, Arthur Quaresma e o

Presidente do Secovi, Sr. Romeu Chap Chap; do Sr. Licínio Reis Junior, representando o Creci; do Sr. Valmir Pereira Pinheiro, representando a Força Sindical Regional de Guarulhos; do Sr. Gaetano Brancatti Luigi, representando o Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos; da Sra. Eda Braga de Carvalho, representando o Coordenador do Presídio Adriano Marrey, de Guarulhos; do Sr. Antonio Reis; Sra. Ana Maria Rose, Conselheira da Fundação Casa do Pequeno Trabalhador; da Sra. Tamara Chichiarulo, representante do Diretor Domingos Fiorentini, do Instituto de Previdência Hospitalar; do Sr. Leni Pereira, representando o Presidente da FAESP, Fábio Meirelles; da Sra. Carmem Castanho, do Conselho Consultivo do SOS Ação Mulher, de Campinas; e do Ney Favela, Presidente da Associação das Favelas do Estado de São Paulo.

Convidamos o Sr. Marcos Mendonça, sempre Deputado desta Casa e ex-Secretário da Cultura, para sua a manifestação.

O SR. MARCOS MENDONÇA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. representantes de entidades aqui presentes, é com muita satisfação que venho a esta Casa participar deste Fórum, que entendo ser de extrema importância. Extrema importância, porque entendo que o Legislativo atinge a sua plenitude ao ensejar debates dessa natureza. São debates que vão fazer com que, amanhã, o parlamentar possa estar apresentando aos seus pares projetos de leis, propostas, indicações, formulando questionamentos ao Executivo. Enfim, baliza a ação do parlamentar de forma que ele possa, efetivamente, exercer aquilo que a população espera dele, que ele a represente para discutir os temas que dizem respeito à cidade, à região metropolitana e ao Estado.

Então, fica aqui, primeiramente consignado, meu caro Presidente Beraldo, meu reconhecimento pelo trabalho extremamente meritório de V. Exa. e dos seus companheiros que promovem este Fórum por São Paulo afora.

Fui convidado para falar aqui a respeito de uma questão vinculada de um lado à cultura, de outro lado ao turismo.

Queria dizer aos senhores que o turismo é hoje, sem sombra de dúvida, uma das indústrias mais poderosas do mundo, umas das maiores fontes de riqueza da humanidade, geradora de uma quantidade brutal de empregos. Atividade essa que tem um lado extremamente positivo de não ser uma atividade poluidora, ou seja, um mecanismo de

avanço da sociedade e das comunidades, sem que haja degradação do meio ambiente, e conseqüentemente a poluição.

O Brasil e o mundo hoje têm no turismo, e muitas cidades e grandes regiões de muitos países do mundo têm o turismo como uma fonte muito importante de riqueza. Infelizmente o Brasil não trabalha a questão do turismo ainda com a dimensão que o turismo merece. É evidente que para isso acontecer há a necessidade de uma infra-estrutura adequada, que é cara e se faz necessário dotar o País dessa infra-estrutura. Aos poucos, o Brasil foi avançando nessa direção, com a construção de aeroportos. No caso específico de São Paulo, a questão do saneamento básico é fundamental para que possamos ter o Turismo. Enfim, são questões estruturais necessárias para que se possa atrair as pessoas para aquela região.

No Caso de São Paulo, temos especificamente o turismo de negócios como a grande presença de pessoas nesse município e nessa Região Metropolitana.

São Paulo recebe seis milhões de pessoas por ano. Elas vêm basicamente para negócios; dessas, muito poucas usufruem e vivem das cidades. Apesar de a cidade ter uma atividade cultural intensa, ela é desconhecida das pessoas. Apesar de São Paulo ter uma rede de restaurantes comparáveis às melhores cidades do mundo, muito poucas dessas pessoas usufruem dessas redes de restaurantes; ficando limitadas apenas aos hotéis e seus arredores. Há necessidade de ampliarmos isso; há necessidade de termos ações que façam com que essas pessoas passem a usar a cidade, ativando com isso a atividade cultural, fazendo com que ela tenha mais público originário desses turistas que estarão assistindo aos espetáculos, participando das exposições, dos “shows”, das mostras, enfim, das atividades que São Paulo possui.

São Paulo tem no mínimo um grande evento por mês. Acabamos de ter, por exemplo, uma grande exposição, a Bienal de Arquitetura. Paralelamente a isso tivemos uma grande exposição de artes plásticas contando a vida de Napoleão. Isso só de megaeventos. Mas, em meses anteriores, tivemos outros eventos como, por exemplo, a Casa Cor, que é uma grande feira de decoração. E por aí afora temos eventos culturais que permitem atrairmos turistas.

Tivemos, no mês passado, a mostra internacional de cinema, em que foram exibidos mais de 300 filmes em São Paulo. No entanto, provavelmente poucos turistas

usufruíram disso, porque não há uma estrutura adequada para recepcionar e atrair esses turistas para essa vida cultural.

Acho que esse é um dos caminhos que precisamos trabalhar; precisamos refletir sobre isso. Dentro dessa estratégia, estamos participando hoje de uma entidade que busca criar esse mecanismo em São Paulo; atrair mais turistas, fazer com que esses turistas permaneçam mais tempo na Cidade de São Paulo e usufruam da cidade. Há mais um dado: São Paulo hoje tem uma rede de hotéis e “flats” das maiores do mundo. E essa capacidade de atendimento é absolutamente ociosa nos finais de semana; os hotéis ficam absolutamente vazios. Há necessidade de trazermos público para esses hotéis aos finais de semana. É isso que estamos buscando fazer; com que o turismo cultural, que é uma das fontes maiores de riqueza, por exemplo, das cidades de Nova Iorque, Madri, Barcelona, Paris, Roma, Londres, que esse turismo cultural possa estar acontecendo nas Cidade de São Paulo. E muitas das cidades no entorno de São Paulo possuem também atrativos muito fortes, que precisam ser explorados, de tal maneira que a pessoa possa sair daqui e visitar uma cidade no arredor de São Paulo, visitando uma atração turística ali existente.

A maioria das pessoas que vêm do exterior fica durante a semana na Cidade de São Paulo – chamamos de turistas todos aqueles que chegam à cidade –, eles ficam durante a semana na gestão dos seus negócios, e aos finais de semana eles pegam o avião e vão para o Rio de Janeiro. Ou seja, São Paulo não oferece atrativos suficientes, receptivo adequado para levar essa pessoa, por exemplo, para o Litoral Norte de São Paulo, para ao Litoral Sul ou para algumas regiões do interior do Estado; fazer com que essa pessoa se fixe neste Estado, gerando emprego, riqueza e trabalho.

E, Sr. Presidente Sidney Beraldo, queria aproveitar para dizer de uma curiosidade, é um dado extremamente interessante que saiu ontem na revista “Veja”, que é até uma indagação que precisa ser refletida: o brasileiro é o maior consumidor em suas visitas ao exterior. Isso é resultado de uma pesquisa feita nos Estados Unidos, o brasileiro é o que mais gasta quando viaja, não só nos Estados Unidos, como na Europa. Algo está errado, e coloco aqui para ser refletido.

Vejo que, na realidade, a Cultura é hoje uma alavanca fundamental e básica para o turismo. Temos várias vertentes do turismo, o negócio, o turismo cultural, o turismo de aventura, o ecológico. Mas esse casamento do turismo de negócio com o turismo de cultura

permite que as pessoas possam estar nas cidades gastando, consumindo mais, gostando da cidade e vindo em outras oportunidades, sem ter necessariamente um negócio para realizar.

Vejo que essas cidades que comentei, como Nova Iorque, que recebe um fluxo de turistas no final de semana imenso; são os americanos que querem ir a Nova Iorque para assistir os “shows” da “Broadway”, aos museus de Nova Iorque. Eles saem das suas cidades e vão a Nova Iorque, e a rede hoteleira de Nova Iorque fica absolutamente lotada, assim como os restaurantes, gerando milhares de empregos, fazendo com que a cidade tenha a força da sua economia muito baseada na presença desses turistas.

São Paulo hoje tem esse potencial, essa força; precisa saber usá-la. Estamos trabalhando nessa direção, tentando fazer com que as pessoas, como eu disse, usem a Cidade de São Paulo. Elas não usam por uma série de razões, têm receio, medo, não têm informação, não existe turismo receptivo na cidade. Enfim, uma série de questões. Mas hoje temos eventos, “shows” e espetáculos, mostras e exposições nesta cidade. E vamos tê-las ainda numa proporção sem precedentes no ano que vem, com megaexposições que serão realizadas por ocasião dos 450 anos de São Paulo. Precisamos aproveitar essa oportunidade e dar esse passo avante.

Tenho a certeza de que este Fórum é importante no sentido de alertar, no sentido de abrir esse processo de discussão aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –

Obrigado pelas palavras, Deputado Marcos Mendonça.

Queremos agradecer a presença do Deputado Roberto Felício, membro da Comissão de Administração Pública da Assembléia Legislativa.

Convidamos o Sr. Flávio Loureiro, do Núcleo de Ação Política da Fiesp, para sua manifestação.

O SR. FLÁVIO LOUREIRO – Boa-tarde, saúdo o Presidente Sidney Beraldo e toda a Mesa Diretora, senhoras e senhores, trago uma mensagem do Núcleo de Ação Política da Casa, e certamente pretendemos colocar algumas questões que servirão de base para as discussões temáticas que vão acontecer nesta Casa, além do Fórum. São questões

relativas ao Meio Ambiente, ao Desenvolvimento Regional, Social e Econômico, em si, questões de exportação.

Não estendendo muito, alguns tópicos estão relacionados com a criação da produção mais limpa, rodoanel, ferroanel, licenciamento ambiental. No âmbito social e econômico, as locações regionais, os “clusters” aqui já abordados, REFIS estadual, infra-estrutura portuária, transportes e, finalmente, nas exportações, o aprimoramento tecnológico do produto paulista e a maior participação do nosso Estado no processo Mercosul/Alca, que já está colocado aqui para discussão em novembro.

Esperamos que todo o sistema FIESP/CIESP possa participar dessas discussões temáticas. O CIESP já vem fazendo isso ao longo das audiências públicas pelo interior, e nós estaremos aqui contribuindo dentro das nossas possibilidades, com a visão da indústria, para que o Fórum se transforme em proposições de Desenvolvimento e de sucesso para o nosso Estado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –

Ouviremos as palavras do Deputado Emidio de Souza, 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

O SR. EMIDIO DE SOUZA – PT – Bom-dia a todos.

Presidente Sidney Beraldo, nobres Deputados Mário Reali, João Caraméz, Sr. Guilherme Ary Plonski, Dr. Marcos Mendonça, todas as entidades aqui presentes, gostaria de dizer que a Mesa Diretora, ao formular a idéia do Fórum, tinha presente que nesses debates deveriam se suscitar as questões relevantes que entravam o desenvolvimento local e global do Estado de São Paulo. Não quero me aprofundar nem ser redundante em apontar os problemas que sufocam o Desenvolvimento da Grande São Paulo. Mas acho que uma das coisas que está na raiz dos problemas que entravam o nosso Desenvolvimento é a falta de planejamento global na região metropolitana.

Nobre Deputado João Caraméz, V. Exa. já foi prefeito, já foi Secretário da Casa Civil e sabe bem a importância que isso tem.

As demais regiões metropolitanas oficialmente criadas a da Baixada Santista e a de Campinas, contam com agências de desenvolvimento, além de fundo de desenvolvimento.

A Grande São Paulo, neste sentido, deu um passo atrás. Isso porque, durante a década de 70 e os anos 80, tínhamos o CODEGRAN e o CONSULTI, que eram dois órgãos de planejamento da região metropolitana; o CONSULTI, que era um órgão consultivo dos prefeitos, onde podiam falar, trazer aspirações, planejar conjuntamente. Apesar de não terem sido oficialmente extintos, na prática esses órgãos deixaram de funcionar e foram substituídos diretamente pelo Executivo, ou através da EMPLASA ou através da Secretaria de Transportes Metropolitanos. Ou seja, o estado, nesse particular, substituiu a sociedade civil no planejamento metropolitano, e o prejuízo, a meu ver, foi bastante grande.

O que sobrou, em termos de região metropolitana da Grande São Paulo, que é a principal do país, foi somente o FUMEFI, o Fundo Metropolitano de Financiamento. Como não há uma agência mais que funcione, não há quem determine como devem ser aplicados os recursos. A legislação do FUMEFI acabou virando um emaranhado. Os critérios de distribuição desses recursos são um emaranhado quase incompreensível e quase inacessível.

Uma das questões que tínhamos de pensar é a reativação do CODEGRAN e do CONSULTI. Mesmo com outro nome. Não há como pensar o Desenvolvimento da Grande São Paulo sem pensar num órgão consultivo, com a participação dos prefeitos, da sociedade civil.

Na falta deles, algumas microrregiões começaram a se formar informalmente aqui na Grande São Paulo. Os municípios de Taboão da Serra, Embu, Itapeverica, São Lourenço e Juquitiba formaram o CONSULTI, que é um consórcio dos municípios da região sudoeste de São Paulo. Da mesma forma, o ABCD começou a se organizar. Outras regiões ainda não avançaram nesse sentido, mas certamente irão avançar, o que é bom. Mas a região metropolitana como um todo, entendida a maior mancha urbana que temos no nosso país, deveria recriar uma agência de desenvolvimento que faça aquilo que o CODEGRAN e o CONSULTI faziam. Demos um passo atrás, e agora, quem sabe, teremos de dar dois à frente para recuperar o tempo perdido nesse sentido. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Ouviremos agora as palavras do Deputado Mário Reali.

O SR. MÁRIO REALI – PT – Bom-dia a todos os presentes.

Gostaria de saudar o Presidente Sidney Beraldo, os membros da Mesa e todos os deputados.

Em primeiro lugar, acho importante essa iniciativa da Mesa Diretora para aproximar a Assembléia Legislativa das regiões e do centro da discussão, que é o Desenvolvimento Sustentado.

Temos aqui na região metropolitana uma estrutura excepcional. Na verdade o CONSULTI e o CODEGRAN são dos anos 70, quando ainda tínhamos o regime militar, uma estrutura que vinha de cima para baixo. Sinto que essa discussão do Fórum vai realimentar isso.

Hoje, quando falamos do grande ABC, câmara regional, consórcios, comitês de bacias, os vários arranjos institucionais que temos, é uma estrutura que nasce da região e procura ser interlocutora dessa região com os governos Estadual e com o Federal.

Acho que é esse o sentido que este Fórum deve trazer e buscar. Ou seja, fortalecer as estruturas existentes. Acho que não dá para criarmos um arranjo institucional, ou uma lei que garanta o espaço institucional, se não houver articulação dos diversos agentes da sociedade, tais como o Ciesp, os sindicatos, os representantes das ONGs, enfim, toda sociedade articulada, porque ela é o agente do desenvolvimento.

O Estado tem um papel preponderante e, nesses últimos anos, a sua ausência deixou para o mercado ser o interlocutor. Vimos que o mercado não trouxe o desenvolvimento que queríamos. Tivemos a guerra fiscal, o desequilíbrio entre as regiões, as perdas de diversas regiões, em função de ofertas de vantagens locais, uma disputa entre elas, criando um mercado de regiões, de municípios e de estados, que acabou ocasionando um processo ainda maior de exclusão social. Isso porque sabemos que, quando se abre mão de tributos e de recursos públicos, o Estado se ausenta dessa região, e quem sai perdendo é o povo, que acaba sendo mais excluído, porque o Estado fica sem capacidade de intervir nas políticas públicas.

Portanto, é fundamental essa articulação, como um fator de planejamento. Em todas as reuniões que participei do Fórum, senti que esta dinâmica esteve presente numa ação de planejamento, num processo de construção de planejamento, envolvendo toda a sociedade. Acho que é este o espírito deste Fórum.

Como relator do PPA, gostaria de me desculpar, pois tivemos um problema entre o calendário do Fórum e o calendário de discussão dos instrumentos de planejamento. Acho que o PPA é um instrumento fundamental de planejamento da ação do Estado, pois são quatro anos de intervenção do Estado que estão contidos no planejamento. Por uma questão de prazo regimental, tivemos o dia 20 como o prazo final da relatoria, sem que todo o acúmulo do Fórum estivesse sistematizado, para que pudéssemos nos apropriar dessas contribuições das diversas regiões. Então, antes do processo de votação, precisamos criar uma maneira dessas contribuições serem absorvidas e referenciadas no processo de absorção das emendas parlamentares, que tivemos nesse rico processo de discussão.

Gostaria de salientar uma questão que não foi colocada, principalmente na região metropolitana. Hoje temos uma taxa de crescimento em torno de 1,7% e em alguns municípios chegamos a ter taxas de crescimento em torno de 8% ou 6%. Ou seja, o Município de São Paulo está se expandindo sem que haja um crescimento real. A sua mancha urbana está se expandindo pela periferia, provocando sérios problemas na ocupação de áreas de mananciais, ocupação de encostas e de áreas protegidas. Precisamos ter uma política de desenvolvimento urbano e habitacional que dê respostas a essa questão, integrada a uma política de gestão ambiental.

Estava vendo o Renato, um mestre na área, que sempre participa dos comitês de bacia.

Para recuperar as áreas de mananciais existem programas de recuperação da Billings, da Guarapiranga. Temos que fazer todo o arcabouço legal, as leis específicas, os PDPA's. Temos que ter uma política habitacional consistente que atenda a essas demandas. Hoje temos no Estado de São Paulo uma demanda de 1,2 milhão de moradias, mas temos também um problema muito sério de melhoria da qualidade habitacional. Principalmente nas áreas de mananciais sabemos que se não houver oferta, principalmente na faixa de até três salários mínimos, para a moradia popular, não vamos conseguir conter essa expansão sobre as áreas de mananciais.

Outra questão que tem a ver com esse eixo é a água e o saneamento. Sabemos que na região metropolitana esse processo de ocupação está avançando sobre as nossas áreas de mananciais. Assim, além do projeto Tietê e da recuperação dos nossos rios, da represa Billings e da Guarapiranga, novos mananciais precisam ser criados. E, principalmente, precisamos conservar e manter aquilo que existe de água. Para isso, precisamos ter uma política consistente, precisamos aprovar o projeto da cobrança pelo uso da água, com o conceito de poluidor/pagador, para podermos ter a garantia desse insumo, que é fundamental, não só para a garantia da condição de vida, mas também de saúde para a população e para o Desenvolvimento Econômico. A água é um vetor estratégico para esse planejamento.

Apesar de termos outras questões importantes, como o transporte de carga, de passageiro, energia, gás natural na bacia de Santos, que foi descoberta recentemente, não poderia deixar de destacar esses dois pontos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Convidamos o Sr. Guilherme Ary Plonski, Superintendente do IPT, para que faça sua manifestação.

O SR. GUILHERME ARY PLONSKI – Quero cumprimentar o nobre Deputado Sidney Beraldo e os demais deputados presentes.

Reitero a enorme alegria do IPT em participar do Fórum Legislativo Permanente para o Desenvolvimento Econômico Sustentado. Agradeço muito a honra de participar do conselho consultivo. Gostaria de expressar, pela presença, o valor que damos a essa iniciativa, e ao fato de sermos conselheiros para valer e não apenas nominalmente. Agradeço, finalmente, as menções que os deputados ocupantes desta tribuna anteriormente fizeram às iniciativas do IPT.

O diferencial da região metropolitana, expresso pelo Prof. Zimmermann, é o conhecimento que existe. O desafio é como incorporar o conhecimento no processo de Desenvolvimento Econômico Sustentado. Não é uma área separada. Como conseguimos inseri-lo?

Há alguns exemplos do IPT que gostaria de compartilhar. O Deputado João Caramazza já falou sobre o circuito das águas, mostrando que o Desenvolvimento Econômico e o respeito ao meio ambiente não são antagônicos, muito pelo contrário, são mutuamente favoráveis. Em segundo lugar, amanhã à noite celebraremos na Unacid, na Zona Leste, a instalação de um escritório do IPT que vai levar conhecimento tecnológico para as indústrias daquela região, principalmente indústrias de pequeno e médio porte, ajudando a capacitá-las para exportação. Em terceiro lugar, em Guarulhos também temos um campus, adquirimos um centro de tecnologia que estava sendo desativado por uma empresa multinacional; procuramos não nos restringir à Zona Oeste, onde está a matriz do IPT. Um outro exemplo no qual estamos juntos com a USP, com o IPEM, com a Secretaria da Ciência e Tecnologia, é a instalação de um parque tecnológico na região metropolitana de São Paulo que se juntará a outras três iniciativas similares, Campinas, São José dos Campos e São Carlos.

Falando em parque tecnológico, gostaria de fazer uma menção à proposta sobre incubadoras tecnológicas trazida pela representante canadense. Certamente é muito bem-vinda. Apenas gostaria de pontuar que já existem no Estado de São Paulo 41 incubadoras que constituem a rede paulista de incubadoras. Aqui na região metropolitana temos incubadoras em municípios do ABC, Sorocaba, e em São Paulo temos o CIETC – Centro Incubador de Empresas Tecnológicas – uma iniciativa conjunta da USP, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, do IPT, do SEBRAE-SP e da Secretaria da Ciência e Tecnologia. É a maior incubadora da América Latina, com 94 empresas já instaladas, diversas empresas já graduadas com sucesso. Portanto, é uma iniciativa bem-vinda, mas deve se contextualizar.

Em vez de olharmos o Brasil e o Estado de São Paulo como recebedores de tecnologia estrangeira, devemos vê-los como fornecedores de tecnologia. Tivemos em fevereiro deste ano uma mostra disso, no “Dia da Tecnologia Brasileira”, que se realizou nos Estados Unidos. Levamos 22 projetos tecnológicos desenvolvidos pelo sistema de ciência e tecnologia do Estado e, no que se refere a incubadoras, gostaria de compartilhar que o Brasil, por intermédio da Associação Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras, ganhou uma concorrência internacional do Banco Mundial. O Brasil é referência internacional para implantação de novas incubadoras. O programa sediado em

Brasília repassa a tecnologia que desenvolvemos aqui no Brasil nas 207 incubadoras que existem para países tão distantes como Jordânia, Casaquistão.

Finalmente, no que se refere ao Vale do Ribeira, que não é objeto desta reunião, mas já foi mencionado duas vezes, quero comentar que há várias iniciativas em andamento, uma delas coincidentemente nessa área da incubação, a Ecobadora, uma incubadora ecológica voltada a produtos originários de materiais existentes no Vale do Ribeira, levando em conta a questão ambiental. Nessa Ecobadora estão envolvidos, entre outros, o próprio Cetec, que comentei, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças – ABDL. Outro projeto no qual estamos envolvidos no Vale do Ribeira de geração de trabalho e renda é um projeto voltado à reciclagem.

Finalmente, vou comentar que, na visão do IPT, a questão do Vale do Ribeira tem de ser vista no contexto do Desenvolvimento Econômico associado à Serra do Mar. Há iniciativas expostas, por exemplo, na semana passada, em seminário do Instituto de Engenharia organizado pela Secretaria de Energia e Recursos Hídricos, nas quais se podem aproveitar recursos hídricos para ajudar a região metropolitana de São Paulo a lidar com esse grande desafio da água e, ao mesmo tempo, cuidando do aspecto ambiental, gerar formas de Desenvolvimento Econômico na região do Vale do Ribeira.

Termino reiterando a enorme alegria de poder estar presente mais uma vez.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Convidamos o Sr. Ney Favela, Presidente da Associação das Favelas do Estado de São Paulo.

O SR. NEY FAVELA – Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entidades e autoridades presentes, sociedade civil como um todo.

Gostaria de fazer um esclarecimento sobre a habitação subnormal, favelas, citada várias vezes, inclusive no organograma apresentado. Quando se fala em favelas, tem de se levantar a questão que a habitação subnormal não é formada só por favelas. Hoje em dia, no Estado como um todo, as favelas têm um perfil de loteamentos clandestinos, loteamentos irregulares e favelas. Quando estão situadas em áreas de uso comum, são favelas. Loteamentos clandestinos são áreas particulares invertidas aleatoriamente. Loteamento

irregular é o loteamento que não tem a sustentação do Município para a legalidade. No conceito geral de habitação subnormal, temos que focar que favelas, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares estão numa dimensão igual.

Quanto à questão do perfil socioeconômico, é bom frisar que hoje em dia existe a mão-de-obra especializada nas favelas e loteamentos. Hoje não temos na favela aquele lavrador do fluxo migratório, temos mão-de-obra especializada. Costumo dizer que a classe média entrou na favela.

Foram colocadas questões importantes, por exemplo, a regularização fundiária. Coloca-se que temos um déficit habitacional no país de oito milhões de moradias. A sociedade civil sabe que não é verdade. A estimativa real de déficit habitacional do país é de aproximadamente 14 milhões de moradias. Sabemos que não existe o conceito de política habitacional para construir 14 milhões de moradias nem na esfera municipal, nem na estadual, nem na federal. A saída estratégica para isso seria a regularização fundiária. Hoje não se mora em barracos nas favelas. A autoconstrução já é um fator dentro da favela. Já temos um avanço na organização da comunidade e um avanço na questão fundiária.

Hoje temos a Lei Federal nº 10.257, que trata do estatuto da cidade. Temos a Medida Provisória nº 2.220, que trata dos municípios, de áreas comuns que possam ter um projeto urbanístico através da regularização. Acho que o governador do Estado de São Paulo está um pouco atrasado nesta questão, a lei federal foi sancionada em 2001. Passamos para governador a proposta de fazer um decreto, o Decreto nº 47.243, que institui uma comissão que trata das questões fundiárias das favelas e dos loteamentos da região metropolitana de São Paulo. O Governador ainda não deu um passo para a frente, acredito que podemos discutir sobre isso para avançar nesse decreto.

Finalizando, gostaria de colocar a questão do meio ambiente. Temos a Lei nº 9.866, com diretrizes para proteção e recuperação de bacias hidrográficas dos mananciais do Estado de São Paulo. No artigo 2, consta: “compatibilizar as ações de preservação dos mananciais de abastecimento e de proteção ao meio ambiente com uso e ocupação do solo e o Desenvolvimento sócio-econômico”. Isso quer dizer que temos que trabalhar nas questões ambientais, a qualidade de vida dentro das questões ambientais e a proteção dos mananciais.

Sou do Comitê de Bacia. Sabemos que a lei específica é fundamental, mas está rolando há muito tempo. Passamos por vários fóruns de discussão tripartite, com a participação da sociedade civil, Estado e Município. Cada bacia tem uma lei específica. Temos todo um intercâmbio entre São Paulo e a região metropolitana. A Lei nº 9.866 tem de ser aplicada de forma com que as leis específicas comecem a ser votadas. A população está cobrando isso. Existe uma preocupação muito grande na Zona Sul com o artigo 53, uma resolução do Governador que dá legalidade às moradias. Só posso aplicar a nº 10.257 quando tivermos a regularização da ocupação dos mananciais definida. A questão ambiental na qualidade de vida tem de passar por esse crivo, mas dentro das leis que existem.

Uma questão que não gostaria de deixar para trás, pois convivo com isso, é o Judiciário. Acho que o Legislativo tem de ter participação na questão do Judiciário para a questão da segurança pública, que foi colocada aqui, sobre a diminuição da maioria penal. Essa é uma coisa seriíssima. A população não aguenta mais viver a violência urbana. Penso que o Poder Legislativo pode discutir também a impunidade da questão judiciária que existe no país.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado e boa sorte na discussão do Fórum. Espero participar ativamente, não só com palavras, mas com proposições, que são o sentido da discussão. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD – Antes de encerrarmos a reunião de hoje, o Presidente Sidney Beraldo pede que seja encaminhada ao nobre Deputado João Caraméz a seguinte questão do Sr. Valmir Perêa Pinheiro, da Força Sindical Regional de Guarulhos: “O Expresso Aeroporto São Paulo vai atender a população de Guarulhos com estações que possibilitem uma mais fácil locomoção para a capital? Por que e quando vai começar a obra?”

O SR. JOÃO CARAMEZ – PSDB – Esse Expresso, inicialmente, era para atender ao Aeroporto de Viracopos, em Campinas, e ao Aeroporto de Guarulhos. Especificamente, aqui na capital, esse Expresso que sai da Zona Leste para atender ao Aeroporto, sem sombra de dúvida, vai atender a todos os usuários. O projeto em si foi feito para atender

aqueles que realmente irão se utilizar do transporte aeroviário. Entretanto, não podemos deixar de atender aos que não irão se utilizar esse transporte. Esse é um projeto que está em andamento e conta com a doação de três milhões de euros do governo espanhol para sua viabilidade.

Quanto à pergunta feita pelo Sr. Valmir sobre a possibilidade de o Expresso Aeroporto São Paulo atender Guarulhos, podemos dizer, de acordo com os dados que temos, que ele irá atender mais de 120 mil passageiros. São 31 quilômetros de vias e duas novas estações serão construídas. Serão oito trens de quatro carros que atenderão, acredito eu, as pessoas que se utilizarão do transporte aeroviário. Mais quatro trens de oito carros atenderão à massa da população de Guarulhos.

Haverá, portanto, um transporte que será alternado. Ou seja, enquanto o Expresso leva as pessoas para o Aeroporto, outro trem levará os passageiros que se utilizarão das estações intermediárias.

Esse projeto tem um prazo de conclusão de quatro a cinco anos, e seu valor está estimado em 572 milhões de dólares, mas dentro do PPP, Participação Público e Privado.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Tem a palavra o nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, para suas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERVALDO – PSDB – Queremos agradecer, mais uma vez, a participação de todos: a sociedade civil, as ONGs, as federações da Indústria, do Comércio, representantes das cadeias produtivas que fazem parte do nosso Conselho. Estamos fazendo um esforço grande para que haja realmente uma interação do Parlamento, dos deputados, com os representantes do setor produtivo, dos trabalhadores, da Academia, porque isso é fundamental.

Muitas vezes, há discussões paralelas e produção de diagnósticos, mas isso fica nas gavetas por falta de interação entre quem produz o diagnóstico, a Assembléia, que aprova o Orçamento, e o Governo. Nosso objetivo é colocar em uma mesma sala todos os agentes: os trabalhadores, os empreendedores, o setor produtivo, os deputados, o Governo, os Executivos Municipal, Estadual, Federal, principalmente a Academia – as universidades, os

institutos de pesquisa, Fatesp – que, no Estado de São Paulo, têm uma presença muito forte, pois produz conhecimento, tecnologia. Precisamos fazer com que isso seja aplicado cada vez mais.

O ouro do momento é o conhecimento, a informação. Como foi dito aqui pelo Prof. Guilherme, não dá para só ficarmos cedendo mão-de-obra para montar equipamentos para exportar. Precisamos produzir para agregar valor, para agregar riqueza. Temos de radicalizar, no bom sentido – não adianta ficarmos discutindo de forma superficial –, a educação, a produção de conhecimento, e também democratizar o conhecimento. Não adianta só meia dúzia ter conhecimento se não se inova.

Por isso, queremos que a Academia participe conosco e possamos ser o elo de ligação, porque, muitas vezes, se diz que a Academia é muito fechada, mas percebemos que o próprio setor produtivo não tem a prática de demandar, sabe como fazer. Esse encontro, sem dúvida, é muito importante.

Esse encontro é de fundamental importância e, por isso, agradecemos a presença de todos. Sabemos que os senhores têm uma agenda repleta, que o tempo é escasso, mas esperamos que os momentos que passamos aqui tenham um resultado prático.

Agradeço ao Sr. Rubens Lara, Presidente da Cetesb, que nos tem prestigiado muito, ao Professor Guilherme; o IPT é um grande parceiro, com contribuições importantes, em tudo que estamos fazendo, são 100 anos de história. Agradeço ainda ao ex-Deputado Marcos Mendonça pela presença, com quem conversamos sobre turismo. Isso me entusiasmou, porque essa é uma área que gera muito emprego, sem necessidade de certidão, licença de funcionamento, o que demora muito.

Dá para aumentar o emprego na cultura, pois, toda vez que alguém vai ao teatro, gera-se uma quantidade enorme de emprego, assim como em restaurantes e outros lazeres. Se, de seis milhões de pessoas que visitam São Paulo, segurarmos essas pessoas por mais um ou dois dias, são 500 mil pessoas por mês, e isso contribui para a geração de emprego.

Por isso, esse trabalho que está sendo desenvolvido é importante. Temos aqui o Marcos para dar essa contribuição e nós também temos de produzir ações para colaborar.

Será produzido um relatório final e quero agradecer ao pessoal do NESUR, do Instituto de Economia da Unicamp, que nos acompanhou em todos esses fóruns, com a

finalidade de fazermos uma metodologia adequada. Assim, esse relatório nos possibilitará uma agenda focada e, com esse trabalho integrado, produzir resultados.

Queremos agradecer ao CEPAM, que nos ajudou na mobilização, ao Seade, um parceiro na produção dos indicadores sociais. Sabemos que, cada vez mais, temos de trabalhar com dados. Venho da iniciativa privada e lá trabalhamos com os relógios, ou seja, o balanço, a taxa de retorno, o lucro, porque o acionista nos cobra. Se não formos capazes de produzir resultados, eles tiram os recursos e deixam de investir.

O contribuinte brasileiro é o nosso acionista e, hoje, contribui muito. No mês passado foram 40% do PIB. Isso é um absurdo. Não estou falando deste governo, mas sim que é um crescimento que vem vindo há algum tempo. É muito dinheiro que a sociedade coloca à disposição do Município e do Estado. Precisamos devolver isso com qualidade. Infelizmente, como sabemos, grande parte desse dinheiro vai para pagar juros e déficit da Previdência, mas, do que sobra, precisamos dar eficiência a esses recursos.

Acredito que, por meio dos indicadores sociais, podemos medir os resultados das políticas públicas desenvolvidas. Se não conseguirmos diminuir o índice de mortalidade infantil, precisamos verificar o que está acontecendo. Se não tivermos a qualidade da educação, precisamos verificar. Estamos priorizando que esses índices sejam corrigidos, atualizados e aperfeiçoados.

Uma série de sugestões foi dada, ao longo das 16 reuniões realizadas, com relação a indicadores sociais, como o meio ambiente, se o município trata ou não o lixo, os resíduos sólidos, um problema seriíssimo que está sendo discutido por um grupo na Assembléia.

Queremos qualificar essa agenda, colocar um conjunto de ações propositivas, para melhor qualidade de vida da nossa população e uma maior riqueza que possa ser distribuída. Queremos ter um País mais justo e mais igual.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e quero dizer aos senhores que vamos continuar trabalhando.

Esta é a 16ª reunião, e teremos a última em Franca. As comissões temáticas da Casa já estão recebendo todas as informações para que lá também possam ser promovidas essas discussões.

O nobre Deputado Mário Reali, relator do PPA, que teve de se ausentar por um compromisso com a imprensa, não teve tempo de aproveitar todas as emendas. Quero dizer

que o próximo relator da Comissão de Finanças terá esse tempo. Vamos avaliar todas as colocações para que o PPA possa aproveitá-las. Da mesma forma, o PPB. Sem a parceria entre o público e o privado, não teremos recursos suficientes para fazer frente a tudo isso que o nobre Deputado João Caraméz colocou, isto é, transporte metropolitano, transporte de massa, infra-estrutura, que consumirá muito recurso.

O PPA prevê, para os próximos quatro anos, 30 bilhões de investimento, sendo que 7,5 bilhões deverão vir por meio dessas parcerias com a iniciativa privada, o que vai exigir a aprovação da Lei do PPB, que queremos aprovar até o final do ano.

Mais uma vez, agradeço a todos e quero dizer do meu entusiasmo em continuar trabalhando juntamente com os senhores.

Muito obrigado. (Palmas.)

* * *